

Resistência e trabalho dos escravizados no Rio de Janeiro, entre 1875 e 1879: notas bibliográficas e novos dados¹

Ramatis Jacino e Gabriel A. A. Rossini²

Resistance and labor of the enslaved in Rio de Janeiro, between 1875 and 1879: bibliographical notes and new data

A história não revela submissão e resignação, mas sobrevivência e revide.
Warren Dean. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

Resumo

O foco do presente artigo é o estudo da resistência e do trabalho de homens e mulheres escravizados na capital do Império do Brasil e arredores, entre 1875 e 1879. Para tanto, recuperamos parte da bibliografia atinente ao tema e analisamos informações decorrentes de 3.031 anúncios de fuga de cativos publicados em alguns dos principais jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro. Procuramos apreender elementos do trabalho e da resistência cativa sem perder de vista os processos históricos de longa duração e os nexos existentes entre as dinâmicas global e local.

Palavras chave: Resistência dos escravizados; Trabalho; Rio de Janeiro; Século XIX.

Abstract

The focus of this article is the study of the resistance and labor of enslaved men and women in the capital of the Empire of Brazil and its surroundings, between 1875 and 1879. For this purpose, we retrieved part of the bibliography related to the theme and analyzed information resulting from 3,031 advertisements of flight of captives published in some of the main newspapers that circulated in the city of Rio de Janeiro. We seek to apprehend elements of labor and captive resistance without losing sight of the long-lasting historical processes and the links between global and local dynamics.

Key words: Resistance; Labor; Rio de Janeiro; XIX century.

JEL: N3 - Trabalho e Consumidores, Demografia, Educação, Renda e Riqueza

I. Introdução

A resistência dos escravizados e a sua experiência de trabalho constituem temas de pesquisa que resultaram em reflexões a respeito do caráter da escravidão e seu papel no processo de acumulação de capital, na América Portuguesa e Império do Brasil. Nesse artigo, buscamos, sem nos afastarmos dos processos históricos de longa duração e dos enlaces existentes entre as dinâmicas global e local, contribuir com essas discussões por meio do resgate de parte da bibliografia atinente aos temas aqui mobilizados e mediante a análises econômicas e demográficas resultantes da coleta de 3.031 anúncios de jornais sobre fugas³ de escravizados e escravizadas publicados entre 1875 e 1879, em jornais da cidade do Rio de Janeiro, um dos mais importantes centros escravistas de então e o principal entreposto do tráfico interno de cativos (ROSSINI, 2019 e 2017).⁴ Como ficará explícito, os documentos que consultamos permitiram vislumbrarmos fragmentos da história de muitos

¹ Versão concluída em 20/06/2021. Os autores agradecem a importante contribuição da discente XXXXXXXX do Bacharelado em Ciências Econômicas da XXXXXXXX no que diz respeito a coleta e organização de parte dos dados utilizados neste artigo.

² Jacino: professor dos Bacharelados em Ciências e Humanidades e Ciências Econômicas e pesquisador do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros (NEAB/UFABC). Rossini: professor dos Bacharelados em Ciências e Humanidades e Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC e pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos em Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS-UFABC).

³ Os periódicos que consultamos (Gazeta de Notícias, O Cruzeiro, O Globo e sobretudo o Jornal do Commercio) se tornaram remotamente acessíveis em virtude do relativamente recente instrumento de pesquisa disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional, a *Hemeroteca Digital Brasileira*, portal que possibilita consultar o acervo de periódicos e de publicações seriadas desta biblioteca. A Hemeroteca conta com 1.452 periódicos publicados entre 1740 e 2018. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em jan./2021.

⁴ Na corte, segundo o senso de 1872, havia 274.972 habitantes, destes 226.033 eram livres (82,20%) e 48.939 escravos (17,7%). Nessa localidade, escravizados e pessoas livres de cor somados correspondiam a 44,4% do total. Se considerarmos apenas a população negra, 59,9% era livre, 40% era cativa (CHALHOUB, 2012).

cativos que afrontaram o sistema então vigente e conhecermos as ocupações que parte dos escravizados, presentes nos mais de três mil anúncios compulsados, exerciam.

Elegemos o recorte temporal mencionado, pois se situa em momento relevante da “segunda escravidão” (TOMICH, 2004)⁵, se encontra no imediato pós estruturação do complexo cafeeiro brasileiro (ocorrido entre 1820 a 1860) – processo conexo à consolidação da nova ordem industrial no Atlântico Norte – e foi marcado pela reestruturação da economia-mundo capitalista resultante das consequências da Guerra Civil nos EUA (1861-1865) e da Grande Depressão do século XIX (1873-1896) (MARQUESE, 2013).

Quando, ademais, direcionamos o nosso olhar para as interações entre as forças globais e locais, conjecturamos que a organização do trabalho dos escravizados e o empenho dos senhores em reaver seus cativos evadidos tenha sido influenciado: (i) pela dinâmica do mercado mundial de café, pautada pelo aumento dos preços desse gênero a partir do final dos anos 1840 – movimento reiterado dois anos após a vitória da União nos EUA, quando os preços pagos pelo café brasileiro na principal praça cafeeira mundial de então (Nova Iorque) vivenciaram forte tendência de alta que se estendeu até o final da década de 1870 – e pela redução dos custos de transporte em virtude da expansão da rede ferroviária no Sudeste brasileiro, a partir de 1860⁶, com importante participação de investimentos britânicos (HOBSBAWM, 2007a e 2007b). Tal processo acentuou o *rush* cafeeiro rumo ao Oeste paulista, movimento que ocasionou, tal como afirma Castro (1980), a criação de zonas pioneiras, maduras e decadentes relacionadas ao cultivo do café; (ii) Pelo comportamento do mercado doméstico de cativos, caracterizado na década de 1870, por maior dinamismo, principalmente a sua segunda metade, o que resultou, em grande medida, do aumento dos preços internacionais do café. Ao longo destes anos, houve grande volume de cativos, sobretudo homens jovens, deslocados para as zonas cafeeiras do Centro-Sul (principais para as zonas de fronteira recém atendidas pelas ferrovias), então, com claro predomínio das transferências interprovinciais sobre as intraprovinciais (ROSSINI, 2019 e 2017); (iii) Pela aprovação da Lei no. 2040 de 28 de setembro de 1871, elaborada pelo Barão de Rio Branco e denominada *Ventre Livre*, que reconheceu direitos costumeiros, concedidos e/ou conquistados pelos escravizados e que resultou, além da agência desses – pois não existe destino histórico fora das intenções e das lutas dos agentes sociais (CHALHOUB, 2011), ainda que esses tenham construído tal destino dentro de circunstâncias que, embora estejam em permanente transformação, possuem aspectos estruturais (COSTA, 1998a) – da iniciativa do governo frente à nova conjuntura internacional de possível isolamento do Império (aberta com a abolição da escravidão nos Estados Unidos e os eventos ocorridos em Cuba⁷); das dificuldades internas trazidas pela escravidão para a mobilização militar no âmbito da guerra contra o Paraguai decorrentes do perigo potencial representado pelo engajamento de cativos na guerra, o que contribuiu para tornar as medidas emancipacionistas relevantes para a manutenção da ordem social e política no longo prazo

⁵ Sistema socioeconômico organizado, a partir de fins do século XVIII, como corolário do desfecho da revolução dos escravizados na colônia francesa de São Domingos (Haiti), até então a maior produtora mundial de açúcar e café, e pela ocorrência da Revolução Industrial inglesa, que impulsionou a demanda mundial de commodities. Tais processos permitiram maior contestação da escravidão colonial em algumas partes do mundo e, simultaneamente, sua reestruturação e expansão sobretudo no Brasil, nos Estados Unidos e em Cuba. Enquanto o complexo escravista exportador cafeeiro (MELLO, 2009) teve centralidade para a escravidão brasileira e para a interação do Império com a economia mundial do século XIX, a cana de açúcar e o algodão foram essenciais para a arquitetura dos Estados Nacionais, das economias, e das sociedades escravistas cubana e estadunidense respectivamente e para seus nexos com o mercado mundial capitalista em expansão (MARQUESE & SALLES, 2016). Os contornos mais marcantes dessa nova escravidão se traduzem na necessidade de intensificação e aumento da produtividade do trabalho cativo e na incorporação de novas tecnologias de produção e transporte. Tais transformações ocorreram em um cenário moderado pela hegemonia britânica, pela ascensão do liberalismo e dos movimentos e políticas abolicionistas (TOMICH, 2015).

⁶ Com a expansão das ferrovias pela Paulista, Mogiana etc., os custos de transporte do café passaram a corresponder a cerca de 20% do preço da saca exportada. O que representou, segundo Wilson Cano (2007), uma diminuição de cerca de 20% no preço final dessa saca. Além disso, a ferrovia possibilitou maior produtividade, visto que a produção das fazendas mais afastadas era recolhida a tempo e a perda durante o transporte diminuiu substancialmente.

⁷ Em 1868, teve início rebelião que marcou o início da Guerra de 10 anos (1868-1878) contra o domínio espanhol. Ao final da guerra, a Espanha restaurou o seu controle colonial sobre a ilha e, entre 1880 e 1886, organizou o processo de abolição.

(MARQUESE E SALLES, 2016); (iv) pelo esmaecimento das incertezas relativas à questão servil resultantes da Lei de 1871, que, juntamente com a tendência de alta da cotação internacional do café, dinamizou o preço e o volume dos cativos comerciados no mercado doméstico (MOTTA, 2012; ROSSINI, 2019 e 2017); (v) pelas discussões e efetiva aplicação, em 1881, de tributos que tornaram o tráfico interprovincial de escravizados proibitivo.

Importa, ainda nesta introdução, destacar que os escravizados mobilizados neste artigo interagiam no seio de uma sociedade em profunda transformação e a cidade do Rio de Janeiro e seus arredores constituíram uma das suas expressões mais avançadas no Brasil. Transformações essas decorrentes dos elementos próprios da “Segunda Escravidão” (desenvolvimento do capitalismo industrial e do mercado internacional, renovação e larga expansão da escravidão em algumas regiões, notadamente Brasil, EUA e Cuba) e de processos outros que ajudaram a dar forma à “Força da escravidão” e às “Visões da Liberdade” (CHALHOUB 2012 e 2011)⁸. Em tal sociedade, a relação de trabalho predominante, cedeu algum espaço a formas alternativas de relações de trabalho, após o fim legal do tráfico transatlântico de escravizados decretado pela Lei Feijó de 07 de novembro de 1831, e, fundamentalmente, após a Lei Euzébio de Queiróz de 04 de agosto 1850. Além da paulatina introdução do trabalhador imigrante, os “escravos de ganho” e “escravos de aluguel”⁹ (figuras importantes dentre os indivíduos que mobilizamos mais à frente) passaram a existir de forma mais recorrente, sobretudo nos centros urbanos. Estes grupos interagiam econômica e socialmente com negros livres e libertos, que, embora não mais vivessem as agruras do cativo, enfrentavam violentos processos de incerteza (que envolvia inclusive o medo de reescravização) e de marginalização, este último impulsionado por legislação caracterizada pelo darwinismo social e higienismo (ALBUQUERQUE, 2009), que marcou o “processo histórico” (CHALHOUB, 2011) de passagem do trabalho escravo para o assalariado.

Este artigo além desta introdução e das considerações finais, se divide em quatro partes. Na segunda, apresentamos alguns aspectos decorrentes do resgate de parte da bibliografia que buscou compreender a dinâmica da resistência e das fugas dos escravizados, ao longo do século XIX. Parte dessas publicações sustentam que homens e mulheres escravizados exerciam diversas ocupações, inclusive aquelas com elevada exigência técnica e relevantes para o desenvolvimento da economia regional e para o processo de urbanização e modernização do país¹⁰. Na sequência, abordamos, brevemente, os anúncios de jornal que comunicaram fugas de cativos. Na quarta parte, recuperamos elementos das ocupações e qualificações dos escravizados. Por fim, a partir da documentação compulsada, elaboramos análises econômicas e demográficas, além de traçarmos um panorama das ocupações exercidas pelos trabalhadores e trabalhadoras cativos no âmbito do recorte geográfico e temporal indicados.

⁸ Chalhoub, assim como Slenes, são autores centrais do grupo que realizou análises históricas, em parte, tributárias das formulações dos historiadores marxistas ingleses, notadamente E. P. Thompson (LARA, 1995), e da Micro História italiana. Tais análises possibilitaram contribuições muito importantes ao considerar “a ação dos atores históricos, inclusive a dos dominados [relevante], sem negar a importância dos constrangimentos sociais mais amplos” (GOMES, 2004).

⁹ Escravidão de aluguel: “escravo que era alugado pelo seu proprietário a um terceiro, mediante acordo ou compromisso contratual público, muitas vezes apenas verbal, no qual se estabelecia o preço e a duração do contrato. [A diferença frente ao escravo de ganho consiste em que este] mantinha relacionamento de obediência direta com o senhor, enquanto o escravo de aluguel era liberado, por tempo determinado, dessa obediência, ficando subordinado ao seu locatário, com as mesmas obrigações de escravo” (MOURA, 2004).

¹⁰ Há que se registrar a existência de um debate inconcluso acerca da maneira como esses escravizados e escravizadas adquiriram conhecimentos que permitiram o desenvolvimento de determinadas ocupações com alta exigência técnica. Parte da literatura sustenta que senhores capacitaram seus cativos devido às relações afetivas estabelecidas com eles ou por interesse em valorizar sua propriedade, proporcionando-lhes certos conhecimentos e habilidades. Por meio de visão distinta, Cunha Jr. (2010) e Machado (2017), por exemplo, sustentam que parte dos conhecimentos e habilidades dos escravizados foram criados e fomentados ao longo de sucessivas gerações e, portanto, decorrentes do continente africano.

II. Resistência e fugas

A dinâmica da economia mundial e os consequentes interesses das oligarquias do Império do Brasil, em associação aos negócios dos países então centrais no âmbito do sistema capitalista mundial, garantiram a manutenção da escravidão, na medida que formaram os alicerces que possibilitaram a esta instituição, sobretudo até o final da década de 1860, abrangente espraiamento social, geográfico e econômico. Tais dinâmica e interesse, criaram condições favoráveis para a prevalência dos escravistas no Brasil, até o início dos anos 1880, e para que houvesse, ao longo das décadas de 1860 e, principalmente, 1870, concentração dos escravizados, por meio do tráfico interno interprovincial, nas *platações* do Sudeste. Ademais, importa termos em vista, por um lado, que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e que para este território foram destinados 5,85 milhões de africanos num total de 12,52 milhões de indivíduos direcionados compulsoriamente às Américas¹¹. Dos escravizados embarcados, 10,7 milhões sobreviveram e destes 4,8 milhões chegaram à América Portuguesa e ao Império do Brasil.¹² Por outro, vale destacarmos que a escravidão se tornou tão profunda e generalizada que a propriedade de cativos não se restringiu a senhores endinheirados possuidores de grandes planteis – tal cenário se efetivou sobretudo nas zonas de fronteira do sudeste brasileiro, ao longo da segunda metade do século XIX. Pequenos posseiros, comerciantes, militares, padres, funcionários do Estado e até ex-cativos possuíam escravizados (SCHWARCZ, 2019; LUNA, COSTA e KLEIN, 2009; CANABRAVA, 2005 e MOTTA, 1999).

Independente do tamanho das suas posses, esses senhores e senhoras foram, de forma geral, pródigos nos castigos. Esses envolviam separação das famílias (sobretudo quando temos em vista pequenos planteis), correntes no pescoço, perseguição por cães, marcas com ferro em brasa, feridas esfregadas com sal, mutilação, tronco e chicote, algemas e peias que prendiam mãos e pés, “anjinhos” que apertavam os dedos polegares da vítima em função da utilização de anéis que eram diminuídos por meio de uma chave, máscaras de ferro que eram usadas por aqueles que furtavam comida ou comiam terra.

Este cenário de violência extrema enfrentou reiterada e obstinada resistência dos escravizados e atribuiu parte dos contornos mais marcantes dos sentimentos, do modo de vida, da cultura e dos anseios dos cativos. Fazer “corpo mole” no trabalho, quebrar ferramentas, incendiar plantações, promover revoltas coletivas (SANTOS, 1980; REIS, 1986; COSTA, 1998b), agressões e assassinatos de senhores e feitores, formação de quilombos e realização de fugas, além das tentativas de suicídio e diversas manifestações culturais e religiosas evidenciavam como os escravizados se comportaram como agentes históricos que fizeram fracassar o intento dos senhores de condicioná-los a um cativeiro implacável (MATTOS, 2015; CHALHOUB, 2011; SLENES, 2013; GÓES, 1993) e também “o retrato de um povo muito rebelde que perturbava a paz de espírito e ameaçava a prosperidade material de seus senhores.” (KARASCH, 2000, p. 398). Tais agências dos cativos e reiterada rebeldia problematizam formulações que consideram o peso da escravidão e da opressão senhorial determinantes para uma suposta indiferença ou anomia dos grupos subordinados, incapacitando-os à ação política diligente e sensata (CARDOSO, 1977). Há que se reconhecer, todavia, a “Força da Escravidão” (CHALHOUB, 2012) decorrente da capacidade dos senhores em preservarem o sistema, a despeito das pressões externas próprias da arena internacional pós-napoleônica, dos movimentos contraditórios

¹¹ Os escravizados enviados para a América Portuguesa e Império do Brasil foram principalmente decorrentes do tráfico transatlântico bilateral, isto é, do comércio capitaneado por portos da América, o que teve como uma das suas consequências a construção da unidade imperial brasileira no século XIX, tal como conclui Luiz Felipe de Alencastro (2000). Os portos do Rio de Janeiro e da Bahia enviaram mais viagens negreiras do que qualquer outro porto da Europa e, certamente, muitas vezes mais do que Lisboa (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Tal como afirma Alencastro (2000), os enclaves portugueses na América e na África se complementam num só sistema de exploração colonial.

¹² Para mais informações ver: Viagens: Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos, Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/voyage/search> Acesso em: 27/02/2020.

originados na cúpula do Império¹³ e das pressões dos escravizados que, para além do enfrentamento violento ao regime, pleitearam persistentemente horas livres, autorização para praticar sua religiosidade e costumes, áreas para cultivar, além de recorrerem ao Poder Judiciário (principalmente no RJ) colocando em primeiro plano certas brechas na lei que pudessem lhes conceder a liberdade¹⁴ (GENOVESE, 1974; QUEIROZ, 1977; SANTOS, 1980, GEBARA, 1986; MACHADO, [1987] 2014; LARA, 1988; CHALHOUB, 2011; SLENES, 2013; MATTOS, 2015). Tal como afirma Reis e Silva (1989: 48), “os escravos inventaram e levaram à quase perfeição uma singular astúcia pessoal na exploração das brechas do poder escravocrata.”

*

Ao centrarmos nossa atenção nas fugas de escravizados, percebemos que elas são inerentes ao regime escravista. Tais ações foram individuais e coletivas. Estas iam desde as breves escapadas para divertimento, prática religiosa, visita a parentes ou encontros amorosos, à fuga definitiva, em que o cativo buscava a construção de uma nova vida em liberdade, em quilombos, em outras áreas retiradas ou no meio da população negra livre dos centros urbanos (REIS, 1999). Como observam Katia Matoso (2001) e Florentino (2003), o cativo em fuga não escapava apenas de seu senhor ou do trabalho árduo, mas de problemas cotidianos, de um modo de vida terrível e da falta de enraizamento no grupo dos escravizados, por ausência de laços familiares.

Centros urbanos, com densa e diversificada população eram espaços preferencialmente utilizados pelos fugitivos, que se abrigavam entre os negros livres ou libertos. (KLEIN e VINSON III, 2015). Contudo, era no ambiente rural que as fugas evoluíam para a criação de comunidades autônomas, que conflitavam ou negociavam com a sociedade escravista tornando-se fator de preocupação para autoridades e proprietários de terras. Disseminadas por todo o “Novo Mundo”, essas comunidades sobreviviam da cultura de subsistência ou comércio com pequenas localidades e até mesmo com grandes proprietários e protagonizavam saques diversos e, às vezes, sangrentos enfrentamentos com a ordem estabelecida. Nas Antilhas, ficaram conhecidos como *marrons*; em parte da América Espanhola, de *palenques de cimarróns*; e no território que coube aos portugueses, como *quilombos*.

Outro aspecto relevante surge, quando temos em vista que parte da produção acadêmica, tal como Amantino e Florentino (2012)¹⁵ e Klein e Vinson III (2015), destaca que as fugas muitas vezes foram utilizadas como fator de negociação por melhores condições de vida e trabalho. Os últimos autores citados, seguindo os passos de Cardoso (1987), demonstraram que as fugas tencionavam de tal forma a *plantation* que alguns proprietários cediam lotes de terra aos seus cativos e permitiam períodos de ócio e autonomia em domingos e dias santos como tentativa de amenizar os conflitos cotidianos e, assim, diminuir os prejuízos econômicos¹⁶.

¹³ Em seu curto reinado, d. Pedro I optou por obter o reconhecimento externo de sua nova coroa. Para tanto, levou à frente medida antiescravista como política de Estado, ao assinar, em 1826, o tratado pelo qual a Inglaterra reconhecia a independência do Brasil. Ao não corroborar os interesses dos senhores de escravizados locais, divorciando-se de suas bases sociais escravistas o que contribuiu, segundo Marquese e Salles (2016), para sua abdicação, em 1831. Além disso, tal como afirma Parron (2009, p. 66) “a turbulenta quadra inicial da Regência (1831-1835), quase não houve discursos a favor do cativo (escravidão). Bem ao contrário, aprovou-se ali uma determinação (a Lei de 1831) que libertava escravos africanos contrabandeados para o Brasil, discutiam-se projetos que visavam aperfeiçoá-la, foram ensaiadas companhias de colonização do tráfico e jamais publicaram artigos diversos contra a escravidão”.

¹⁴ Segundo Grinberg (2001, p. 68) “Ao contrário da situação de países como a França e a Inglaterra, nas Américas os escravos que tentavam obter a liberdade por via judicial, além de compor um número bem mais expressivo, efetivamente ameaçavam a ordem constituída, abrindo o caminho jurídico para a libertação de outros escravos ao contribuírem para a transformação das sentenças de seus processos em jurisprudência, em países de colonização britânica”.

¹⁵ Para Amantino e Florentino, muitas fugas resultaram da intenção de negociar com o senhor melhores condições de vida. Assim, parte dessas ações foram decorrentes do não cumprimento de acordos já realizados por parte do senhor ou da impaciência escrava de esperar o cumprimento de alguma combinação. Tal processo de resistência foi chamadas de “fugas reivindicatórias” (AMANTINO; FLORENTINO, 2012).

¹⁶ Ver também: SLENES (2013), CONRAD (1988), MACHADO (2014).

As fugas, as demais formas de resistências e agência dos escravizados e as estratégias de manutenção da propriedade pessoal pelos escravizadores já foram razoavelmente abordadas por parte da literatura atinente ao escravismo. Mattoso (1982) apresentou um retrato profundo da reação dos escravizados. Reis (1989 e 1996) analisou os conflitos a partir do binômio luta e acomodação, presente ao longo de todo o regime escravista. Brazil (2002), discutindo a violência e resistência em Mato Grosso, entre anos de 1718 e 1888, mostrou os tipos de coação que sustentavam o regime, verificáveis também em outras Províncias. Gomes (2010 (et. al.), 2002 e 1996) expôs um quadro amplo das fugas, lutas, insurreições e formas variadas de resistência dos escravizados no campo e no ambiente urbano. Machado (2010) descortinou os mecanismos utilizados pelos proprietários e pelo Estado para tentar frear e invisibilizar as revoltas, fugas e enfrentamentos entre os escravizados e seus senhores no século XIX. Além disso, enfatizou que enfraquecer a dominação senhorial, onerá-la e limitá-la por meio de resistências e confrontos evidenciavam atos coerentes, pois permitiam aos escravizados construir espaços de sobrevivência e autonomia (MACHADO, 2014). Lima (2010) e Ferreira (2020) investigaram as províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro respectivamente e exploraram aspectos como a frequência das fugas, a sua divisão por gênero e por idade, as razões alegadas, as estratégias para evitar a captura, se as fugas ocorreram no meio urbano ou rural, além de terem traçado o perfil dos evadidos a partir de relatos de casos. Azevedo (1987) ressaltou o papel da agência escrava no bojo do processo de emancipação, problematizando, assim, a perspectiva de que a abolição da escravidão no Brasil foi resultante de um processo relativamente pacífico, fundamentalmente coordenado por elites humanitárias, progressistas e imigrantistas. Chalhoub (2011), partindo de uma crítica à “tradição economicista do marxismo” – que encontra em E. P. Thompson (1981) contribuição relevante – e colocando em primeiro plano a sua contestação ao que chamou de “teoria do escravo-coisa”¹⁷, pesquisou as ações de liberdade protagonizadas pelos escravizados com a colaboração de livres e demonstrou a dimensão e importância da movimentação dos cativos em prol dos seus interesses. Slenes, além de ter contrariado Ribeyrolles, ao identificar a existência de uma “flor na senzala” resultante da identificação de recorrente estabilidade da família escravizada nas maiores propriedades do Oeste paulista, evidenciou que essa resultou de uma dinâmica conflituosa, na qual o senhor era constrangido a ceder espaço para os cativos formarem famílias, considerando tal movimento como um mecanismo de desestimular revoltas. Porém, tal como afirma Slenes, a consecução de tal objetivo é parcial, pois, ao dar ao cativo algo a perder, ela o torna mais vulnerável. Entretanto, com o passar do tempo, a família acaba constituindo mecanismo de contestação, criação e transmissão de identidade contraditória à dos senhores, edificada a partir da manutenção e resgate de tradições africanas. Richard Graham (2002), por sua vez, concluiu que o tráfico doméstico de cativos colaborou para acelerar a abolição no Brasil. Para tanto, foi central o protagonismo dos escravos, sobretudo daqueles que foram

¹⁷ Segundo Chalhoub e Silva, “apesar do verniz erudito e da aparente sofisticação teórica, o que temos é a negação caricatural da relevância da cultura política dos trabalhadores, a fé inabalável na teoria do escravo-coisa”. O autor exemplifica a teoria do escravo-coisa por meio da seguinte citação de Fernando Henrique Cardoso (1977, p. 125): “A reificação do escravo produzia-se objetivamente e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autônoma. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores. Os homens livres, ao contrário, sendo pessoas, podiam exprimir” (CARDOSO, 1977, p. 125 citado por CHALHOU e SILVA, 2009, p. 20). Formulação semelhante é esposada por João José Reis (2003), quando analisa o mesmo livro de Fernando Henrique por meio de comparações entre este e a obra de Freyre. Vejamos: “Mas não se pense que tudo era dessemelhança entre a USP e Apípicos. Freyre, por exemplo, que tanto enfatizou a ativa contribuição indígena e africana para a “civilização brasileira”, também escreveu em “Casa Grande & Senzala”, que os escravos foram vítimas de um “sistema social e econômico em que funcionavam passiva e mecanicamente”. Compare-se com o que escreveu Cardoso na obra aqui resenhada: “A consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos”.

violentamente separados do seu antigo círculo social e de trabalho por meio do tráfico interno. Afirma o autor: “relativamente jovens, desentranhados da vida social de uma comunidade (...) os homens assim transportados provavelmente estavam irados, ressentidos, ansiosos, menos constrangidos por expectativas sociais e certamente prontos a explodir” (p. 153).

Estes trabalhos evidenciam, diferentes temas e abordagens que nos permitem colocar em primeiro plano a importância, a multiplicidade e a complexidade da agência dos escravizados.

III. As fugas de escravizados nos anúncios de jornal

A premência dos proprietários e autoridades em coibir a reação dos escravizados teve como um dos seus resultados a vinculação da imprensa – que nestas paragens surgiu oficialmente apenas em 1808, em decorrência da vinda da corte lisboeta para o Rio de Janeiro – aos negócios da escravidão. Tal conexão se tornou evidente por meio de editoriais, artigos, “seções científicas” etc. que abordavam diferentes aspectos da dinâmica da escravidão e, reiteradamente, procuraram legitimá-la no âmbito do novo cenário que esta instituição passou a enfrentar, ao longo do oitocentos, no Brasil e nas outras duas localidades centrais da tessitura da “Segunda Escravidão” (Cuba e EUA), marcado por permanente pressão abolicionista genérica e internacionalista e por oposição contínua, por parte da Inglaterra, ao tráfico transatlântico de escravizados e, no limite, contra a própria escravidão.

Elementos muito difundidos nos jornais que circularam, a partir do início do século XIX, foram os anúncios sobre escravizados. Esses normalmente estavam localizados nas últimas páginas dos jornais e noticiavam, dentre outras coisas, fugas, vendas, leilões, doações, locação de escravizados, a intensão de compra por parte de algum senhor(a) etc. Via de regra, tais anúncios, redigidos pelos próprios interessados, evidenciavam linguagem pouco rígida e sem uniformidade, utilizavam expressões e costumes da época e explicitavam as limitações intelectuais dos seus redatores, em sua maioria com baixa escolaridade (SCHWARCZ, 1987).

Dentre esses diversos anúncios, chamamos atenção, em virtude dos nossos objetivos, para aqueles que lançavam luz sobre as fugas de cativos. Tais documentos, evidenciam, por um lado, a reiterada resistência ao regime e sua ampla rede de sustentação e controle formada, além da imprensa por juizes, padres, feitores, camaradas, agregados e outros que garantiam sua legitimidade e funcionalidade e, por outro, o anseio dos anunciantes em recuperar a sua “propriedade”. Além disso, lançam luz sobre aspectos socioeconômicos das localidades em que eram publicados e constituem material de pesquisa mais apropriado para os nossos fins do que propagandas, reportagens e artigos assinados, marcados, de forma mais acentuada, por narrativas parciais e filtros ideológicos.

Aparentemente, o primeiro anúncio desse tipo foi publicado nas páginas da Gazeta do Rio de Janeiro, cuja circulação teve início em 1808 e tratou da fuga, ocorrida em 07/01/1809, do cativo Matheus. O anúncio foi publicado por Antonio José Mendes Salgado de Azevedo Guimarães, que se comprometeu a pagar os gastos com a captura do escravizado e recompensar aquele que o apanhasse, em 12\$800 reis (NEVES, 2012). A partir desse anúncio inicial, essa prática ganhou tal importância que passou a figurar em textos de diversos observadores, dentre eles Machado de Assis. Este autor evidenciou a existência de certa ordenação regular das informações. Vejamos:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lhe levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha a promessa: "gratificar-se-á generosamente", – ou "receberá uma boa gratificação". Muitas vezes os anúncios traziam em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta

uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse (1996, p. 120).

Foi Gilberto Freyre (1963) quem inicialmente trabalhou com anúncios sobre escravizados de forma sistemática. Por meio das publicações que denunciavam fugas, Freyre evidenciou as condições físicas dos cativos resultantes das torturas, maus tratos e trabalhos penosos, o que fragilizou sua histórica argumentação acerca de uma escravidão amena, fraternal e colaborativa, pois tal como demonstra a passagem a seguir, a violência era severa e frequente:

“Numeroso os que apresentam, nas coxas ou nas costas, letras, sinais ou carimbos de propriedade, como hoje o gado, ou então, marcas de surra e castigo, o corpo deformado pela crueldade dos senhores brancos: uns manquejando, os quartos arreados em consequência de surras tremendas; outros com cicatriz de relho nas costas ou nas nádegas; ou então cicatriz de “anjinho”¹⁸, de tronco, de corrente no pescoço, de ferro nos pés, de lubambo no tornozelo. Alguns com queimaduras na barriga. Pernas cambaias, joelho tocando um no outro, pernas tortas para dentro, joelhos metidos para dentro, pernas exageradamente finas, bambos arqueados, peitos estreitos, cabeças puxadas para trás ou achatadas de lado (...). Vários negrinhos de 10, 12 anos, já apareceram de coroa na cabeça... feita a força pelo peso de carros brutos: tabuleiro, tijolo, areia, pipa, barril (...) os dedos dos pés torados por serem amassadores de cal e a cal lhes ter aberto feridas e comido os dedos; outros de dedos e munhecas inteiras comidos – talvez pelas moendas dos engenhos (...) Quase todos de pés e mãos enormes, deformados pelo trabalho” (Freyre, 1979, p. 123).

IV. Ofício/experiência dos escravizados

Antes de mobilizarmos os dados que compulsamos para a elaboração do presente artigo, recuperaremos, de forma panorâmica, alguns aspectos presentes em parte da historiografia que abordou as ocupações e qualificações dos escravizados.

Pesquisas publicadas, sobretudo a partir da década de 1980, oferecem rico quadro das ocupações exercidas pelos cativos, das suas condições de empregabilidade e dos mecanismos de controle criados pelo Estado para permitir o trabalho dos escravizados no ambiente urbano com o feitor ausente. Parte dessas pesquisas indicam que o Brasil foi exemplo de lugar onde os escravizados estavam presentes em quase todas as ocupações, incluindo aquelas que demandavam maior nível de qualificação, exercidas principalmente no ambiente urbano.

Podemos acessar o panorama das ocupações de escravizados e escravizadas na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, a partir da contribuição de diversos autores e autoras que se debruçaram sobre documentação diversa: Algranti (1988), Chalhoub (1990), Kowarick (1994), Lara (1988), Moura (1988) e Karasch, (2000) são exemplos de pesquisadores que traçaram perfis dos escravizados e recém libertos na cidade do Rio de Janeiro nos estertores do regime escravista. Eles analisaram as iniciativas dos negros na busca de inserção social, as deliberações do Estado que procuraram manter os escravizados sob controle e os ex cativos sob vigilância e à margem da sociedade que, não obstante, vivia a crise do sistema escravista em virtude do fim do tráfico transatlântico de cativos (1850); do resultado da guerra civil norte-americana (1865); da promulgação da Lei do Ventre Livre – a despeito da oposição das bancadas das províncias cafeeiras que, aparentemente, não atribuíram tanta importância para as crescentes ações escravas (DEAN, 1977); e da ação direta dos cativos que, diversamente do que ocorrera em 1850, foi determinante para o desfecho de 1888.

Parte dos autores mencionados, ademais, chama atenção para: (i) a importância das mulheres escravizadas no processo de urbanização e industrialização ao serem empregadas

¹⁸ Instrumento de tortura formado por anéis de ferro presos a uma tábua onde os polegares eram introduzidos. Continha parafusos que iam sendo apertados, comprimindo os dedos.

no setor têxtil, de serviços e em diferentes atividades comerciais; (ii) a existência de certo número de cativos que trabalhava no interior de unidades familiares senhoriais ou junto a lavradores livres; (iii) a não linearidade do processo histórico de passagem do trabalho escravo para o assalariado, tendo em vista que tal processo comportou situações intermediárias como “escravo de ganho”, “escravo de aluguel”, trabalho a “jornal”, trabalho por casa e comida, adoção de crianças e adolescentes com o objetivo de submetê-los ao trabalho escravo doméstico etc. (ALANIZ, 1997).

Ao lançarmos luz sobre os ofícios e as qualificações dos escravizados localizados no município que sediava a corte, chamamos atenção, inicialmente, para a pesquisa de Lima (2010) que afere os preços de escravizados com ofícios artesanais na cidade do Rio de Janeiro, entre 1789 e 1839, objetivando avaliar a rentabilidade esperada do trabalho escravo no artesanato, bem como revisitar questões relativas à escravidão urbana. Para tanto, o autor analisou 296 inventários *post mortem* preservados pelo Arquivo Nacional. Esses abrangem os 50 anos indicados e contém informações de 3.268 cativos. Destes, 1.132 tinham ofícios artesanais, dos quais 77,1% eram homens. Tendo tais informações em vista, Lima classificou os ofícios como mais e menos exigentes de qualificação¹⁹. Dividindo o período pesquisado em três momentos (1789 a 1807, 1808 a 1825 e 1826 a 1839), Lima avalia o preço dos cativos tendo em vista gênero, faixa etária, dinâmica do mercado e expectativa de rentabilidade do escravizado vinculado ao artesanato. Dos resultados observados pelo autor, gostaríamos de chamar atenção para a relevância quantitativa de africanos que realizavam ofícios pouco qualificados e qualificados (segundo os critérios adotados pelo autor). Nos dois casos, os africanos, entre 1789 e 1839, corresponderam a pouco mais de 80% dos trabalhadores destes grupos. É a partir dessa constatação, que o autor questiona “a hipótese frequentemente enunciada de que o escravizado artesão teria sido tipicamente alguém nascido no Brasil.” (p. 449)²⁰.

O processo de urbanização, ocorrido ao longo do século XIX, e as suas consequências para a dinâmica de trabalho dos cativos também é analisado, dentre outros, por Algrant (1988), por Silva (1998) e Soares (2007). O trabalho de Algrant analisa o processo de urbanização a partir do estudo dos registros de prisões, ocorridas entre 1810 e 1821, lavrados pela Intendência da Polícia do Rio de Janeiro e a correspondência do Intendente Geral com os ministros de Estado e juizes, afirmando que na escravidão urbana o “escravo de ganho” e o “escravo de aluguel” eram fundamentais para a dinâmica do sistema escravista. As novas formas de repressão, menos ostensivas que as do campo, significou, para a autora, que a instituição da escravidão soube lançar mão de instrumentos variados para se manter, adaptando-se à violência inerente às modalidades mais modernas de acumulação da riqueza. Assim, no ambiente urbano, o Estado passaria a cumprir o papel que, no mundo rural, era exercido pela ação privada, assumindo a tarefa de “feitorizar” os escravizados, a quem os proprietários eram obrigados a conceder certa mobilidade.²¹

¹⁹ Há que se questionar a classificação daquelas ocupações como mais ou menos qualificadas. Algumas delas constam nos dois grupos. Considerar alfaiates, carpinteiros, chapeleiros, charuteiros, sapateiros, refina açúcar e outras ocupações com certa exigência técnica como menos qualificadas nos parece equivocado.

²⁰ Os “escravos crioulos” seriam, segundo formulações que Lima procura refutar, uma espécie de elite cativa, formada por indivíduos beneficiados por relações de afeto com seus senhores ou pela perspectiva de aumento do seu valor de mercado. Outrossim, Lima, embora siga problematizando aquelas hipóteses, afirmando que os ofícios masculinos eram mais complexos e exercidos sobretudo por africanos, sua argumentação apresenta certa ambiguidade ao apontar, em dado momento, que o “artesanato escravo consistiu em habilidades adquiridas na América”, para, em seguida: “não tendia a concentrar-se entre os crioulos, antes, a taxa de africanidade de escravos artesãos podia ser maior que a verificada entre cativos de outras ocupações” (LIMA, 2000, p. 469).

²¹ Cabe apontarmos que tal “feitorização” se torna evidente, a partir de meados do século XIX, quando temos em vista, por exemplo, os códigos de posturas que normatizaram as relações econômicas, políticas e sociais no meio urbano. É assim que o Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro, publicado em dezembro de 1854 determina que “toda a pessoa de qualquer côr, sexo ou idade, que fôr encontrada vadia, ou como tal reconhecida, sem ocupação honesta e suficiente para sua subsistência, será multada e sofrerá 8 dias de cadeia (...)”, Também decide, por meio do 5º. parágrafo, que “ninguém poderá ter escravos ao ganho sem tirar licença da Câmara Municipal, recebendo com a licença uma chapa de metal numerada, a qual deverá andar sempre com o ganhador em lugar visível. O que fôr encontrado a ganhar sem chapa, sofrerá 8 dias de calabouço

Silva (1998) estudou a cidade do Rio de Janeiro, entre 1820 e 1888. Para tanto, utilizou como fontes as solicitações à Câmara Municipal de licenças para colocação de “escravos de ganho” e para o ensino de alguns ofícios a estes; reclamações protocoladas por atraso de pagamentos de jornadas de trabalho; pedidos de abertura de casas de aluguel; registros de vendas de escravizados; permissões para que estes pudessem morar sozinhos e solicitações de licenças diversas. Valeu-se, ainda, das gravuras de Jean-Baptiste Debret, que retratam o cotidiano dos “escravos de ganho” naquele período. A autora considerou o trabalho do escravizado artífice indispensável ao desenvolvimento das cidades e fonte de lucro para os seus proprietários. Ademais, o fato dessa modalidade de trabalho permitir ao escravizado reter parte ou a totalidade do valor excedente da taxa diária estabelecida pelo seu senhor teria criado uma ambiguidade no interior do modelo, que na forma ideal, não permite ao escravizado – propriedade de *outrem* – possuir bens. Portanto, segundo Silva, os “negros de ganho” teriam inaugurado uma relação não escravista de produção no interior da escravidão. Também argumenta que, vivendo nas cidades, o escravizado estava sujeito às regras desta, em especial no que diz respeito aos deveres do cidadão, pois na impossibilidade de ser fiscalizado e controlado constantemente, embora permanecesse propriedade privada, sua vida passa a ser regulada pelo Estado.

Pesquisando a presença de escravizados e livres na incipiente indústria do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, Soares (2007), dentre outras coisas, refuta interpretações que afirmam que os trabalhadores escravizados da indústria eram ocupados somente em tarefas não especializadas. Para tanto, utiliza como fontes relatos de viajantes (por exemplo, Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Von Martius), o *Almanak Laemmert*, de 1861, documentos da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, assim como relatórios do Ministério do Império da Fazenda. A partir desta documentação, afirma que havia predominância de cativos na indústria do Rio de Janeiro até meados de 1840. Esses creditavam aos “mulatos” e crioulos a habilidade para as artes mecânicas em função da aversão que os diversos setores livres da população brasileira nutririam por qualquer forma de trabalho manual ou mecânico, considerados coisas de “preto cativo”. Soares também argumentou que a modalidade urbana de escravidão, consubstanciada no “escravo de aluguel”, teria contribuído para a introdução dos cativos nas indústrias.

V. Exposição e análise dos dados compulsados

A seguir abordamos aspectos relativos aos dados compulsados. Antes, contudo, reproduzimos informações presentes em dois anúncios de fuga que coletamos. Fazemos isso, com o objetivo do leitor se familiarizar com o formato e com os dados presentes nos documentos que possibilitaram esta última seção.

O Jornal *Gazeta de Notícias* (Ed. 187) anunciou, em 1879, que andava fugido o escravizado Constantino, pedreiro experiente, de cor preta, crioulo, altura regular, magro, insinuante e pernóstico, tem pouca barba e cabelo curto, anda bem trajado e calçado e às vezes com relógio. “Constantino tem 35 anos de idade, intitula-se forro e costuma mudar de nome. Fugiu há cerca de três anos da fazenda de S. Sebastião, em Itaguaí, de onde é natural. Tem sido visto em Botafogo, na Quinta Imperial, no Engenho Novo, e também em Iguaçu e Petrópolis”. Este anúncio traz em destaque a gratificação de 200\$000 para quem o apresentasse na fazenda mencionada, ao seu senhor Antonio Dias Pavão de Araujo ou na corte, ao Sr. Antonio Januario de Azevedo, residente na rua Mariz e Barros n. 61. Por fim, tal documento foi arrematado de forma enfática, tal como indicado por Machado de Assis: “protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado”²², o que pode evidenciar

(...)”. E ainda, corroborando o que aponta Algrant, determina, no seu 6º. parágrafo que “todo o escravo que fôr encontrado das 7 horas da tarde em diante, sem escripto de seu senhor, datado do mesmo dia, no qual declare o fim a que vae, soffrerá 8 dias de prisão, dando-se parte ao senhor”. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3880/1/005916_COMPLETO.pdf. Acesso em: 21/12/20.

²² *Gazeta de Notícias* (RJ): Ed 187, 1879.

– diga-se de passagem – que as fugas poderiam ser efetivadas com a ajuda tanto de outros escravos como de pessoas livres. Em se tratando de mulheres, tal como afirma Reis (1999) essas poderiam ter contado com a participação dos companheiros ou pais dos seus filhos.

Anos antes, em 1872, o jornal *Correio do Brazil* (RJ, Ed 55) anunciava a fuga de Honório e, em letras garrafais, destacava que seria dado 300\$000 de gratificação, além das despesas relativas à captura a quem o “apreender”. Tal documento assim começa: “A 10 de agosto do anno próximo passado, fugiu o preto Honório, crioulo de Minas, de 30 annos de idade, pouco mais ou menos, altura regular, corpolento, olhos grandes, bem barbado (talvez a tenha cortado), bem fallante, desembaraçado, diligente, humilde e político”. Continua afirmando que foi cativo do Sr. Comendador Custodio José Pinto Dias, morador em Pouso-Alto, e depois escravizado pelo Sr. Jacintho Lopes de Azevedo, morador na Barra do Pirahy, de onde fugiu. Além disso, o anúncio indica o provável caminho que Honório percorreu e que “suppõe-se andar pelo município de Passos ou Carmo do Rio-Claro, onde já foi preso uma vez”.

Histórias como essas foram muito numerosas ao longo do século XIX e adquiriram, ao longo das últimas décadas da escravidão, novos significados políticos, resultantes do seu inexorável fim. A própria duração da fuga de Constantino, que recuperamos acima, certamente foi favorecida pela agitação política de então.

A riqueza de informações presentes nos documentos que temos em vista, nos possibilita investigar a qualificação dos cativos e aspectos atinentes à dinâmica: (i) das fugas por ano e por sexo; (ii) das fugas por idade e origem (cativos africanos ou nascidos nas Américas e cativos originários de diferentes partes do Império do Brasil); (iii) das fugas ocorridas a partir de fazendas e a partir de cidades; (iv) das fugas por ocupação; (v) das gratificações (por sexo, idade, ano) oferecidas pela recaptura ou informações acerca dos escravizados fugidos; (vi) das fugas coletivas e individuais. Podemos ainda discutir a relação existente entre a dinâmica das fugas e as fases ascendentes dos ciclos econômicos, que, em virtude da escassez de trabalhadores, a partir do fim do tráfico transatlântico, possivelmente implicaram maior exploração dos escravizados já empregados. Tal como já indicado, realizamos tais análises a partir de 3.031 anúncios de fugas de escravizados publicados na cidade do Rio de Janeiro, entre 1875-1879. Desses mais de três mil anúncios, tornaram-se objeto do presente artigo 788 ocorrências que evidenciaram os officios/experiências dos cativos evadidos.

Os dados apresentados na Tabela 1 expõem o conjunto dessas quase oitocentas ocorrências e nos permitem apreendermos alguns aspectos importantes, tais como: dentre os “fujões” que tiveram a sua idade indicada (muitas vezes de forma aproximada), o maior volume se encontrava nas faixas etárias de 21 a 30 anos (32%) e de 31 a 40 anos (15,5%); ao longo de todo o recorte temporal que temos em vista, a recompensa oferecida para os homens recapturados foi, em termos nominais médios, pouco mais de 100\$000. Além disso, as mulheres constituíram apenas 6,3% dos cativos que empreenderam fugas na localidade e período que temos em apreço. Talvez o baixo número de fugas de escravizadas se relacione com a construção mais recorrente de certas formas de luta contra a escravidão – por exemplo, acúmulo de pecúlio e conquista da alforria – e devido à sua condição de mãe. A maternidade provavelmente reduziu a disposição e dificultou a fuga entre as mulheres. Imaginemos as dificuldades enfrentadas pelas escravizadas Aguida e Paula, ambas fugidas, em 1877, com os seus respectivos filhos. A primeira, que “ia alugada para o Jardim Botânico”, fugiu “com um filhinho de 8 meses” (*Jornal do Commercio*, 1877), a segunda já estava há três meses fugida e levava “em sua companhia dous filhos, sendo um pardo, de nome Antonio, de 3 annos e outro preto, de nome Manoel, de 1 anno”. Além destas informações, no caso de Paula há um relato interessante por demonstrar a organização, no âmbito das ações de fuga, de possível rede de apoio entre mulheres. Lemos no anúncio de fuga: “consta que está acoutada e desconfia-se que é na rua da Pedreira ou na Cidade Nova,

onde mora uma preta madrinha dos filhos para casa de quem costumavam ir os filhos (...)” (Idem, 1877, edição 00353) – cabe notarmos que a existência de redes de ajuda explicaria as reiteradas ameaças de punição a seus participantes presentes nos anúncios. Essas mulheres escolheram correr maiores riscos a desamparar seus filhos. “Foram mulheres que, inconformadas com a sua condição servil, tiveram não só um comportamento rebelde como muitas vezes extremamente audacioso” (REIS, 1999, p. 33).

Torna-se notório, ademais, que o número de fugas aumentou entre 1875 e 1878, o que pode ser explicado, em parte, pelo esmorecimento das hesitações atinentes à continuidade da escravidão, muito presentes nos anos imediatamente subsequentes à promulgação da Lei Rio Branco (1871), que, ao lado da dinamização do mercado mundial de café (condicionada pelo aumento de preços deste produto, redução dos custos de sua produção e ocupação de zonas pioneiras mais férteis), impulsionou a demanda dos cativos no âmbito do mercado doméstico. Podemos aventar que tal cenário, por um lado, aprofundou a carga de trabalho que recaía sobre os trabalhadores escravizados, estimulando as fugas e, por outro, deu fôlego renovado às ações de recaptura dos fugidos. Por sua vez, a queda do número de anúncios publicados entre 1878 e 1879 talvez tenha relação com o início das discussões que culminaram, em 1881, na promulgação de tributos que tornaram o tráfico interprovincial de cativos proibitivo, favorecendo novo desfalecimento do regime.

Tabela 1 - Faixa etária, sexo, idade média e recompensa em contos de Réis (\$ nominal médio). Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1879

Ano	Faixas etárias	H	Idade média	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	M	Idade média	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Total (H+M)
1875	10 - 20 anos	7	18,4	133.000	2	19	250.000	9
	21 - 30 anos	21	25,7	108.125	-	-	-	21
	31 - 40 anos	9	35,6	133.333	-	-	-	9
	41 - 50 anos	11	47,2	113.333	-	-	-	11
	51 - 60 anos	2	53	50.000	-	-	-	2
	Sem idade mencionada	20	-	62.857	-	-	-	20
	Total geral							72
1876	10 - 20 anos	23	18,3	100.000	1	20	50.000	24
	21 - 30 anos	25	26	142.013	1	29	-	26
	31 - 40 anos	28	37,8	112.947	1	40	-	29
	41 - 50 anos	14	47,6	71.429	-	-	-	14
	51 - 60 anos	1	60	50.000	-	-	-	1
	Sem idade mencionada	36	-	79.250	4	-	-	40
	Total geral							134
1877	10 - 20 anos	20	17,4	108.573	2	18,5	200.000	22
	21 - 30 anos	46	26,7	96.897	1	28	-	47
	31 - 40 anos	16	38,9	110.000	3	38	400.000	19
	41 - 50 anos	8	47,4	60.000	2	48	30.000	10
	51 - 60 anos	3	58,3	-	1	60	-	4
	Sem idade mencionada	47	-	108.571	3	-	100.000	50
	Total geral							152
1878	10 - 20 anos	23	18,6	95.417	1	18	200.000	24
	21 - 30 anos	67	26,2	143.905	3	27	200.000	70
	31 - 40 anos	38	37,3	172.222	4	38,5	50.000	42
	41 - 50 anos	25	45,9	92.885	3	48,3	65.000	28
	51 - 60 anos	2	56	200.000	-	-	-	2
	Sem idade mencionada	55	-	96.965	3	-	-	58
	Total geral							224
1879	10 - 20 anos	17	18,4	74.167	-	-	-	17
	21 - 30 anos	77	26,1	126.548	2	29	100.000	79
	31 - 40 anos	24	36,4	125.000	4	34,5	83.333	28
	41 - 50 anos	25	46,5	61.875	3	48	50.000	28
	51 - 60 anos	4	56,8	75.000	-	-	-	4
	Sem idade mencionada	47	-	147.200	3	-	135.000	50
	Total geral							206

Fonte: Anúncios de fuga publicados em periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, 1875 – 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em jan./2021. Elaboração própria.

Nos anúncios publicados pelos proprietários, foi recorrente a ausência dos seus nomes o que nos impediu de aferirmos o sexo em 513 ocasiões ou 65% dos casos. Fato que pode ser consequência da intenção dos proprietários de buscarem se preservar da “grande onda antiescravista” (BLACKBURN, 2016), uma das características da segunda escravidão. Para além deste aspecto, chama a atenção que a larga preponderância do sexo masculino entre os fugidos se repete entre os proprietários/anunciante. Entre esses últimos, os homens corresponderam por 90,5%.

Tabela 2 - Sexo dos anunciantes e dos cativos fugidos. Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1879

Sexo dos proprietários/anunciantes		Sexo dos escravizados fugidos	
H	249	H	740
M	26	M	48
Sem indicação	513	Sem indicação	-

Fonte: Anúncios de fuga publicados em periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, 1875 – 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em jan./2021. Elaboração própria.

Com relação à origem dos escravizados escapados, predominaram os anúncios sem essa indicação. Fica também evidente a prevalência dos cativos nascidos no Império do Brasil. Entre aqueles que tiveram a sua origem indicada, esses últimos constituíram 78,8%. Outrossim, chama atenção os 82 escravizados africanos com ofício/experiência explicitados nos anúncios de fuga, já que esse grupo é formado por indivíduos com idade média de 46 anos, o que evidencia que foram traficados ilegalmente, isto é, ao arrepio da Lei Feijó, de 7 de Novembro de 1831, que objetivava colocar fim às viagens dos tumbeiros com destino às províncias brasileira, em parte decorrência da vitória diplomática da Inglaterra – Estado então hegemônico no âmbito do sistema-mundo do século XIX (WALLERSTEIN, 2001, p. 51) – sobre o Brasil, resultante das negociações que possibilitaram o reconhecimento de sua independência.

Antes de prosseguirmos, cabe enfatizarmos que a maioria dos africanos escravizados no Brasil, tais como os 82 mencionados acima, a partir da Lei Feijó – e mesmo antes, desde o tratado anglo-português de 1818, que vetava o tráfico no norte do equador e do tratado anglo-brasileiro de 1826, que reconheceu independência do Brasil mediante o organização de medidas que possibilitariam o fim do tráfico transatlântico de escravizados – e todos os seus descendentes foram mantidos ilegalmente na escravidão até 1888. Tal como afirma Alencastro (2010, p. 7), “boa parte das duas últimas gerações de indivíduos escravizados no Brasil não era escrava. Moralmente ilegítima, a escravidão do Império era ainda – primeiro e sobretudo – ilegal”²³. Ocorreu de fato, um pacto entre os sequestradores que constitui, de acordo com o mesmo autor, o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. Tal ilegalidade ajudou a firmar a impunidade e o casuísmo da lei que marca nossa história.

Tabela 3 - Origem dos escravizados fugidos. Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1879

Origem	H	M	Total
Africanos	75	7	82
“Crioulo”*	286	19	305
Sem indicação	380	21	401

*Escravizados nascidos na América Portuguesa e Império do Brasil.

Fonte: Anúncios de fuga publicados em periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, 1875 – 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em jan./2021. Elaboração própria.

As tabelas 4 e 5 evidenciam a origem dos cativos nascidos no Brasil e em África. Para além da preponderância dos originários de Angola e Mina, destacamos o relevante número dos provenientes do Norte e Nordeste, pois tal aspecto corrobora constatação recorrente nas pesquisas sobre a dinâmica do mercado doméstico de cativos. Nelas, fica evidente que Norte e sobretudo o Nordeste foram os principais fornecedores de

²³ Na década de 1850, o governo imperial ao decretar novamente o fim do tráfico transatlântico de cativos “anistiu, na prática, os senhores culpados do crime de sequestro, mas deixou livre curso ao crime correlato, a escravização de pessoas livres. De golpe, os 760 mil africanos desembarcados até 1856 – e a totalidade de seus descendentes – continuaram sendo mantidos ilegalmente na escravidão até 1888. Para que não estourassem rebeliões de escravos e de gente ilegalmente escravizada, para que a ilegalidade da posse de cada senhor, de cada sequestrador, não se transformasse em insegurança coletiva dos proprietários, de seus sócios e credores – abalando todo o país –, era preciso que vigorasse um conluio geral, um pacto implícito em favor da violação da lei. Um pacto fundado nos “interesses coletivos da sociedade”, como sentenciou, em 1854, o ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco” (ALENCASTRO, 2010, p. 6). Ver também o importante trabalho de Chalhoub (2012).

trabalhadores para o Sudeste, sobretudo, após a reorganização da economia do Sul dos EUA (iniciada, ainda em 1865, nos momentos finais da guerra civil norte americana). Como decorrência deste processo, os pequenos produtores de algodão e de mantimentos do Norte-Nordeste brasileiro se viram impelidos a alienarem seus cativos, não para os engenhos de açúcar da região, que enfrentavam a competição cubana, mas para o centro-sul, movimento ainda impulsionado pela grande seca ocorrida no Nordeste brasileiro, entre 1877-1880 (MARQUESE & SALLES, 2016).

Tabela 4 - Origem dos escravizados “crioulos*” fugidos. Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1879

Local de origem	H	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	M	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Total
Nordeste e Norte	109	136.666	10	225.000	119
Sudeste	29	123.684	-	-	29
Sul	17	94.116	-	-	17
Sem indicação	135	122.635	9	102.857	144

Obs 1. A diferença entre o total geral destas duas tabelas e as 788 observações que temos em vista decorre das 401 ocorrências sem indicação de origem (“crioulos” x africanos).

Obs 2. Na tabela 5, não indicamos a recompensa em contos de réis (\$ nominal médio) para evitar distorções, pois esta informação apareceu muito ocasionalmente.

Fonte: Anúncios de fuga publicados em periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, 1875 – 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em jan./2021. Elaboração própria.

Tabela 5 - Origem dos escravizados africanos fugidos. Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1879

Origem	H	M	Idade média	Total
Angola/Cabinda	15	3	45,6	18
Benguela	2	-	60	2
Congo	3	-	45	3
Costa da Mina	15	3	47	18
Moçambique	4	-	42,6	4
Sem indicação	32	1	47	33

Procuramos colocar em primeiro plano o local das fugas e o sexo dos escravizados evadidos, por meio da tabela 6 e por meio da tabela 7, a ocorrência de fugas individuais e em grupo. Além do maior número de fugas realizadas no meio urbano, fica patente a larga ascendência das fugas individuais. Essas representaram 92% entre os africanos e 86% entre os cativos nascidos no Brasil.

Tabela 6 - Local das fugas e sexo dos escravizados evadidos. Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1879

Local das fugas	H	M	Total
Sem indicação	568	34	602
Mar	10	1	11
Campo	69	3	72
Cidade	94	9	103

Fonte: Anúncios de fuga publicados em periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, 1875 – 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em jan./2021. Elaboração própria.

Tabela 7 - Fugas individuais e em grupo. Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1879

Escravizados "crioulos"			Escravizados africanos		
Tipo	N. observações	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Tipo	N. observações	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)
Individuais	261	116.721	Individuais	76	72.727
Em grupo	44	175.555	Em grupo	6	200.000

Fonte: Anúncios de fuga publicados em periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, 1875 – 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em jan./2021. Elaboração própria.

Com relação às fugas em grupo cabe indicarmos uma hipótese a ser verificada em pesquisa futura mais ampla. Em virtude da ocorrência de fugas como a que relatamos a seguir, conjecturamos que os grupos de escravizados evadidos foram formados recorrentemente por famílias. As fugas realizadas por membros de uma mesma família (pai, mãe, filhos, irmãos, parentes próximos e também padrinhos) e por casais de cativos casados legalmente ou decorrentes de relação consensual possuem grande significado. Retratam o

desejo de viver em liberdade e a liberdade incluía a companhia dos seus (REIS, 1999). Podemos imaginar as motivações que os teriam impulsionado a empreender tal ação no momento de ápice do tráfico interno de escravizados. Além de possivelmente receberem maus tratos, havia a incerteza de seus destinos, a possível separação por venda (sobretudo entre os escravizados que faziam parte de pequenos planteis), o temor de serem enviados para lugares diferentes etc.

Talvez para minimizar tais possibilidades, Moyses e Maria fugiram, no dia 6 de junho de 1875, da propriedade de Antonio Theodoro de Araujo, em Rio Novo. O primeiro de “nação Moçambique, idade 45 anos mais ou menos, cor fula, principiando cabelos brancos, pouca barba, falta de dentes na frente, estatura regular, nadegas um tanto grandes, coxas grossas, canelas finas, pés e mãos pequenas, bem falante e muito trabalhador em todo o serviço de lavoura”. Maria, por sua vez, era “de cor parda, estatura regular, com 38 anos mais ou menos, e com os signaes seguintes: cabeça, chata, testa bem saliente, rosto redondo, olhos um tanto grandes e vermelhos, dentes apontados, um sinal no pescoço e outro em um dos braços, parecendo queimaduras, pés e mãos pequenos e chatos, unhas dos pés e mãos também achatadas, é boa quitandeira, doceira, lavadeira, engomadeira e cozinheira, costura com a mão esquerda e é natural do Rio Grande do Norte. Esta parda foi escrava do Sr. Joaquim Antonio Pugetti e o escravo pertenceu ao finado Joaquim Pires Farinha, ambos moradores na corte. O escravo foi visto há poucos dias por pessoa que o conhece na Praia Grande, ao pé da estação, bem trajado, sendo de crer que anda pelas immediações de Vila Nova, S. Gonçalo e Barreto, lugares por ele bem conhecido por ter sido ahi criado. Oferece-se a quantia acima (400\$000) a quem os apreender (...)” e, finalmente, “protestando-se com todo o rigor da lei contra quem os tiver acoutado” (Jornal do Commercio, 1877, Ed. 353)

Tendo em vista a tabela 8, inicialmente cabe mencionarmos que a diferença entre as 788 ocorrências que temos em vista e o total geral de observações presentes nesta tabela decorre de não contemplar 48 casos envolvendo mulheres escravizadas. Essas eram majoritariamente nascidas no Brasil, tinham em média 35 anos de idade e foram sobretudo lavadeiras, engomadeiras, vendedoras, quitandeiras e dedicadas a outros serviços domésticos. Oferecia-se por sua recaptura uma recompensa, em termos nominais médios, de 115\$247, portanto, ligeiramente maior da ofertada pelo reaprisionamento dos homens. Além disso, a diferença indicada também se explica em virtude da existência de 184 casos de homens cativos que exerciam uma miríade de outras atividades, tais como: maquinista, sapateiro, pajem, ferreiro, lustrador, empalhador, chacareiro, arreador, ferrador, cavoqueiro, foiceiro, engomador, ganhador, curandeiro, músico, qualquer serviço braçal, ensacador, falquejador etc. Não incluímos estes dados na tabela, pois, caso o fizéssemos, haveria muitas linhas contemplando apenas uma, duas ou três observações.

Para além dos aspectos anteriores, é interessante notarmos que a tabela que temos em apreço demonstra, a despeito de o Rio de Janeiro ser o maior entreposto do tráfico doméstico de escravizados, a prevalência de atividades exercidas principalmente no meio urbano, em detrimento dos ofícios próprios da lavoura. Chamamos atenção para o fato de que, em conjunto, pedreiros, cozinheiros/boleiros e carpinteiros/marceneiros formavam um grupo com 275 integrantes ou 49% dos cativos cujo ofício/experiência aparece indicado nos anúncios compulsados. Assim sendo, mesmo com a concentração dos escravizados nas atividades relacionadas às *platações*, o que constitui uma das características da segunda escravidão, as fugas de cativos com ofício/experiência noticiadas na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade da década de 1870, talvez corroborem as afirmações que evidenciam que foi paulatina a concentração dos trabalhadores nas fazendas de café ao longo dos anos 1860 e 1870. Parte destas formulações se organizam por meio do recenseamento de 1872, segundo o qual a maioria dos escravizados e escravizadas estavam vinculados a atividades variadas, que iam do trabalho urbano qualificado (muitas vezes não

rotineiro e recompensado) e não qualificado, ao transporte com mulas (IANNI, 1988) e à pesca de baleia (ELLIS, 1973). Assim sendo, provavelmente ao longo da primeira metade dos anos 1870, a maioria dos cativos residentes no Brasil ainda não se encontravam em fazendas de açúcar ou café, a despeito destas *commodities*, sobretudo o café, ocupar lugar proeminente no valor total das exportações brasileiras.

Com relação aos cativos dedicados às lavouras, cabe termos em vista que estes podiam possuir diferentes experiências e qualificações. O regime de trabalho era organizado pelas distintas culturas e pela tecnologia então disponível. A produção do açúcar, por exemplo, resultava em dinâmica de trabalho mais penosa do que a do café, pois o cultivo da cana possibilitava três safras anuais. Ademais, culturas como a do açúcar precisavam de grande volume de trabalho técnico e outras lavouras, como a do tabaco e a do café, demandavam poucos afazeres especializados (DIAS, 1984; BLAY, 1985; SCHWARTZ, 1988; SANTOS, 1998).

Tabela 8 – Número de escravizados homens que fugiram e tiveram o(s) seu(s) ofício(s)/experiência(s) explicitado(s) no anúncio de sua fuga. Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1879

Ofício/experiência	N. ocorrências*	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	“Crioulo”	Africanos
Pedreiro	109	163.000	47	22
Cozinheiro, boleiro	100	97.190	26	19
Carpinteiro, marceneiro	66	142.500	20	4
Roceiro, lavrador	46	126.666	21	7
Copeiro	45	113.043	14	1
Tropeiro, peão, domador	40	143.333	24	2
Alfaiate	30	95.263	17	1
Padeiro	27	114.444	11	4
Carreiro, carroceiro, carregador	24	144.375	11	1
Cocheiro	19	115.455	10	-
Marinheiro, pescador, remador	19	130.000	6	4
Serrador	9	160.000	6	0
Vendedor (doces, água, leite, flores)	8	-	1	-
Chapeleiro	7	75.000	-	7
Cigarreiro, charuteiro	7	50.000	1	-

Nesta tabela, consideramos apenas o total de cativos homens em função do baixo número de observações compulsadas acerca das mulheres escravizadas com ofício/experiência indicado, cujas fugas foram noticiadas por meio de anúncios publicados na imprensa da cidade do Rio de Janeiro. A diferença existente entre “N. ocorrências” e o total resultante da soma de “crioulos” e africanos resulta das ocorrências que não indicaram a origem dos cativos evadidos.

Fonte: Anúncios de fuga publicados em periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, 1875 – 1879. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em jan./2021. Elaboração própria.

Por fim, a tabela 9 evidencia informações importantes atinentes ao número de ofícios/experiências exercidos pelos escravizados no Rio de Janeiro, entre 1875 e 1879. Para além do grande número de cativos que exerciam apenas um ofício, chama atenção a quantidade expressiva de trabalhadores, com idade média entre 31 e 35 anos, que exerciam 2 ou 3 ocupações – o que encontrou evidente correspondência no aumento da recompensa oferecida pela recaptura. Se levarmos em consideração o grupo formado por escravizados que possuíam dois, três ou mais ofícios/experiências, percebemos que esses representaram quase 30% do total de cativos presentes nos anúncios de fuga pesquisados.

Tabela 9 - N. ofícios/experiências dos escravizados fugidos. Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1879

1 ofício/experiência	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Idade média
559	111.426	31,7
2 ocupações/experiências	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Idade média
162	115.375	35,5
3 ocupações/experiências	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Idade média
48	138.000	31
Mais de 3 ocupações/experiências	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Idade média

VI. Considerações finais

Este trabalho se dedicou ao estudo de aspectos da resistência e do trabalho desempenhado por cativos e cativas na capital do Império do Brasil e arredores, ao longo da segunda metade dos anos 1870. Analisamos 3.031 anúncios de fuga de escravizados, que tivemos acesso por meio da leitura da seção de anúncios de alguns dos principais jornais editados na cidade do Rio de Janeiro, neste momento um dos mais importantes centros escravistas do Brasil e principal entreposto do tráfico interno de cativos. Esses documentos nos permitiram vislumbrar fragmentos da história de muitos escravizados que afrontaram o sistema então vigente e conhecer as ocupações exercidas por parte dos trabalhadores abordados nos mais de três mil anúncios indicados. Procuramos discutir a dinâmica das fugas e os ofícios/experiências dos escravizados tendo em vista os processos históricos de longa duração e os nexos existentes entre as dinâmicas global e local.

A partir dos recortes geográfico e temporal eleitos e dos dados compulsados, tornou-se evidente: a larga preponderância dos homens escravizados dentre os evadidos (quase 95% do total); a prevalência dos “crioulos” provenientes do “Norte” do Império do Brasil; a maior recorrência de fugas individuais (92% entre os africanos e 86% entre os nascidos no Brasil) e realizadas por cativos que tinham entre 21 a 40 anos de idade; o fato de que, em termos nominais médios, a recompensa oferecida pela recaptura dos homens escravizados evadidos foi cerca de 100\$000. Tal gratificação, contudo, poderia mudar substancialmente em virtude do número de ofícios/experiências acumulados pelos trabalhadores. Aqueles que reaprisonassem cativos que desempenhavam três e mais de três ofícios diferentes recebiam como paga média 138\$000 e 163\$636 respectivamente.

A dinâmica das fugas ao longo do tempo, ademais, permite-nos sugerir que a partir de meados da década de 1870 ocorreu a diminuição das hesitações, resultantes da Lei Rio Branco sobre a continuidade da escravidão, processo que, juntamente com a elevação do preço internacional do café, contribuiu para a acentuação das fugas em virtude da maior exploração dos trabalhadores que haviam se tornado substancialmente mais escassos e caros em virtude do fim do tráfico negreiro transatlântico (1850). Como explicitamos ao longo do texto, esses elementos e o fato de a década de 1870 constituir momento relevante da segunda escravidão balizaram a escolha do recorte temporal trabalhado.

Por fim, quando observamos os ofícios exercidos pelos escravizados e escravizadas, torna-se notório o predomínio das atividades executadas precipuamente no espaço urbano. Tal como destacamos, os pedreiros, cozinheiros/boleiros e carpinteiros/marceneiros corresponderam a quase metade dos escravizados cujos anúncios de fuga evidenciaram o ofício/experiência daqueles que, contrariando as perspectivas de anomia cativa, resistiram ao sistema mesmo tendo maior possibilidade de acumular pecúlio e de conquistar a sua alforria, graças as atividades que exerciam e por se encontrarem majoritariamente na corte ou próximo a ela.

Concluimos com duas afirmações resultantes da análise da bibliografia e documentação mobilizadas. A primeira é que as fugas e outras formas de resistência foram perenes ao longo do período escravista, a despeito da maior incidência ao longo do século XIX. A segunda é que escravizados e escravizadas ao final do século XIX exerciam as mais diversas ocupações, inclusive aquelas que envolviam médio e alto conhecimento técnico. Portanto, não teria sido a falta de qualificação a razão da marginalização dos ex escravizados e seus descendentes no mercado de trabalho assalariado, cuja formação ocorreu sobretudo a partir da segunda metade do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

- ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição (1871-1895)*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente. Estudos sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARSOTTI, Paulo e FERRARI, Terezinha. A propósito de Cuba e da Revolução. In: PERICÁS, Luís Bernardo e BARSOTTI, Paulo. *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BLACKBURN, R. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, R. B.; SALLES, R. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso, 1718-1888*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2002.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec-Ed.Unesp, 2005.
- CARDOSO. Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou Camponês O Protocampesinato Negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, Marcus J.M. de. Quem Furta Mais e Esconde: O Roubo de Escravos em Pernambuco, 1832-1855. *Estudos Econômicos*. São Paulo, V. 17, No. 9, Especial, p.89-110. 1987
- CASTRO, Antônio Barros de. A economia política, o capitalismo e a escravidão”, in: José Roberto do Amaral Lapa (Org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista São Paulo: Companhia das Letras, 2012*.
- CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros. O tráfico escravista para a Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Cia das Letras, 1998a.
- COSTA, Emília Viotti da. *Coroa de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998b.
- CUNHA Jr. Henrique. *Tecnologia africana na formação brasileira. Rio de Janeiro*. CEAP. 2010.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e Poder em S.P. no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ELLIS, Myriam. Escravos e assalariados na antiga pesca da baleia in PAULA, Eurípedes Simões de. *Trabalho livre e trabalho escravo*. São Paulo. 1973.
- ELTIS, David & RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. Yale University Press, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. (1964). São Paulo: Ática, 1978.
- FERREIRA, Fernanda Cristina Puchinelli. Decifrando as fugas escravas: narrativas, senhores e fujões na cidade do Rio de Janeiro (1840-1850). *Em tempo de histórias*. Brasília, DF, n. 36, jan./jun. 2020.
- FLORENTINO, Manolo e AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise Social* no.203. Lisboa abr. 2012.
- FLORENTINO, Manolo. Dos escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro imperial. *Revista da USP*. Dossiê Brasil Império no. 58. P. 104-115. Jun. – ago. 2003.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. (1969). São Paulo: Unesp, 1997.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. A brasileira, volume 370. Companhia editora nacional. Instituto Joaquim Nabuco de pesquisas sociais, 1979.

GEBARA, Ademir. "Escravos: fugas e fugas" In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, 1986, pp. 89-100.

GENOVESE, Eugene D., *Roll, Jordan Roll. The world the slaves Made*, Nova Iorque, 1974,

GÓES, José Roberto. *Um Cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória, Lineart, 1993.

GOMES, Angela de Castro, Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, Julho-dezembro de 2004.

GRINBERG, Keila. *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOMES. Flávio dos Santos. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista: outras margens do atlântico negro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 63, p. 131-144, jul. 2002.

GOMES. Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as Malhas: Em torno das fugas e fugitivos no Brasil Escravista. História UFF. *Tempo*, 1996.

GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1985.

GRAHAM, Richard, Nos tumbeiros mais uma vez? Comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Asia*. 27, 2002, pp. 121-160.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital - 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007^a.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios - 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007^b.

IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. (2^a ed.) São Paulo: Hucitec, 1988

MOTTA, José Flávio. *Escravos Daqui, Dali e de Mais Além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

MOTTA, José Flávio, *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. e VINSON, Ben III. *A Escravidão Africana na América Latina e Caribe*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Sílvia Hunold, 'Blowin 'in the wind': Thompson e a experiência negra no Brasil", *Projeto História*, n. 12, outubro de 1995.

LIMA, Carlos A.M. Escravos artesãos: preço e família (Rio de Janeiro, 1789-1839). *Est. Econ.*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 447-484, julho-setembro, 2000.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. (Tese doutorado) Recife: UFP, 2010

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da, e KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *Gênios da Humanidade. Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente*. São Paulo: Editora DBA, 2017.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. [1987], Edição revista e ampliada. São Paulo: EDUSP, 2014.

MACHADO. Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. (2^a edição) São Paulo: EDUSP. 2010

MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. Volumes 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 1976 (1^a Edição 1867).

MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARQUESE, Rafael. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira no Brasil no longo século XIX. *sÆculum, revista de história*. João Pessoa, jul./dez. 2013.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*, Ed. UNICAMP, 2015.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Pref. C. F. Cardoso. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, João. Manuel Cardoso. *Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Facamp, 2009.

MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e Carroceiros. Homens Livres no Rio de Senhores de Escravos*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NEVES, R. *Experiências capturadas: em torno da escravidão urbana, imprensa e fugas escravas no Rio de Janeiro, 1809-1821*. Mestrado – História, UFRJ, 2012.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos?: fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, 23, 1999.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade Por um Fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. O escravo-coisa. Livro clássico de Fernando Henrique Cardoso é analisado pelo historiador João José Reis. Folha de São Paulo. Jornal de resenhas. São Paulo, sábado, 13 de setembro de 2003.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ROSSINI, G. A. A. A Importância da Criança Escravizada e seu Comércio no Oeste Paulista, 1861-1869. *Estudos Econômicos (USP)*, v. 49, p. 777-806, 2019.

ROSSINI, G. A. A. Notas sobre o comércio doméstico de escravos no oeste Paulista, 1875-1880. *América latina en la historia económica*, v. 24, p. 243-243, 2017.

SANTOS, José Carlos Ferreira dos. *Nem Tudo era Italiano: São Paulo e Pobreza, 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, R. M. Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo. *Ensaio econômico IPE-USP*, 1980.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz, *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua. A Nova Face da Escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Ed. Unicamp, 2013.

SLENES, Robert, Família escrava e trabalho. *Tempo*, Vol. 3 - nº 6, Dez. de 1998.

SOARES, Luiz Carlos. O Povo de Cam na capital do Brasil: Escravidão urbana no Rio do séc. XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ/ 7 Letras. 2007.

SOARES, Carlos Eugênio Libano; GOMES, Flávio dos Santos. Acervo. *Revista do Arquivo Nacional*, n. 2, v. 15 No 2 jul-dez: O Arquivo Nacional e seus pesquisadores, 2002.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

TOMICH, Dale, *Through the Prism of Slavery. Labor, Capital, and World Economy*. Lanham, Rowman & Littlefield, 2004.

TOMICH, Dale. Entrevista realizada por CWIK, Christian; COUCEIRO, Luiz Alberto Alves; MARQUESE, Rafael de Bivar e SILVAPARA, Rejane Valvano Correa da. *Revista Outros Tempos*, vol. 12, n. 20, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.